

CORREIO  
PAULISTAPOR  
ANDRÉ SOUZA

MONTAGEM / FOTOS CÂMARA DOS DEPUTADOS



Érika(PSOL) e Bilynskyj(PL) na mira do Conselho de Ética

## Conselho de Ética avalia processos contra deputados paulistas

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados se reúne nesta terça-feira(30), às 11h, para analisar pareceres preliminares de quatro representações contra deputados federais de São Paulo. A primeira delas tem como alvo Erika Hilton (PSOL). O partido Missão entrou com representação contra a deputada devido a uma publicação nas redes sociais considerada ofensiva a mulheres cisgênero. A segunda representação foi apresentada pelo PSOL contra o deputado Paulo Bilynskyj(PL), por suposta quebra de decoro na condução dos trabalhos da Comissão de Segurança Pública, com acusações de desrespeito a parlamentares da oposição, interrupções de falas e violência política de gênero. A reunião desta terça(30) poderá definir o prosseguimento dos processos no colegiado e o eventual andamento das representações no âmbito do Conselho de Ética.

### Debate sobre registro na Educação Física

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados realiza, na próxima terça-feira (30), audiência pública para debater o PL 2.062/2023, que dispensa o registro nos Conselhos Regionais de Educação Física para docentes da educação básica e superior. A proposta, de autoria da deputada Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP), busca alinhar a exigência profissional à Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O debate reunirá representantes do MEC, CBCE, professores, sindicatos e do Ministério Público Federal.

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Deputada Luciene Cavalcanti (PSOL) é autora de projeto

### 83,3 % dos municípios com problemas de lixo

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) encontrou aterros irregulares e falhas severas na gestão de resíduos sólidos em 83,33% dos locais vistoriados. Auditores mapearam a infraestrutura de tratamento e destinação de lixo urbano em 203 municípios do estado. A chamada 3ª Fiscalização Ordenada de 2026 mostrou um cenário crônico de descarte clandestino que atinge 67% das cidades avaliadas, englobando polos econômicos e populacionais do Grande ABC. A Corte vai realizar live na quarta-feira(1º) para detalhar a fiscalização.

### Cadastro no Sinir obrigatório para catadores

Organizações de catadores que atuam na logística reversa são obrigadas a realizar cadastro no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir). A exigência, prevista no Decreto nº 10.936/2022 e regulamentada por portaria do Ministério do Meio Ambiente, é condição para participação em programas de logística reversa e busca fortalecer a inclusão produtiva, a reciclagem e a gestão adequada dos resíduos sólidos.

### LDO 2027 na Alesp

Após duas suspensões, a reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Alesp para analisar o projeto da LDO 2027 do Estado deverá ser retomada nesta próxima terça-feira (30), às 14h. O projeto estabelece as diretrizes para o orçamento estadual de 2027, estimado em R\$ 368,4 bilhões. A expectativa é que o texto também seja votado em Plenário nesta semana.

### CPI dos Lixões

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Lixões também tem reunião agendada para esta terça-feira(30), às 10h, na Alesp. Essa CPI foi instaurada para investigar, mapear e aferir a situação dos lixões, aterros controlados e aterros sanitários no Estado. A comissão é presidida pelo deputado Carlão Pignatari(PSDB) e relatada pelo deputado Thiago Auricchio(PL).

### “Etecs e Fatecs precárias”

O pré-candidato ao governo de São Paulo, Fernando Haddad(PT), criticou a infraestrutura das Etecs e Fatecs estaduais e defendeu uma ampla reforma inspirada no modelo dos Institutos Federais. Segundo ele, as unidades enfrentam precariedade e precisam de investimentos para alcançar um padrão de excelência. A proposta integra seu plano para a Educação.

### Inaugurações

O pré-candidato à reeleição ao Governo de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), cumpre agenda nesta terça-feira (30) na capital. Ele inaugura a estação Washington Luís da Linha 17-Ouro do Metrô, a nova sede do 7º Batalhão de Ações Especiais de Polícia (Baep) e entrega 222 apartamentos do programa Casa Paulista, na Mooca.

### Publicação discriminatória

O MP-SP ajuizou ação civil pública contra um influenciador por publicações consideradas discriminatórias contra pessoas em situação de pobreza. Ele postou vídeo dizendo “que pobre não deveria votar”. O MPSP pede indenização de R\$ 300 mil, retirada do perfil e das postagens do Instagram, além de curso sobre inclusão social.

### 278 celulares irregulares

Uma fiscalização do Tático Ostensivo Rodoviário (TOR), da Polícia Militar Rodoviária, resultou na apreensão de 278 aparelhos celulares sem documentação fiscal, avaliados em aproximadamente R\$ 600 mil. O flagrante aconteceu na Rodovia Raposo Tavares (SP-270), em Angatuba, no interior de São Paulo, nesta segunda-feira (29).



Ministro citou que normas em vigor não são suficientes para prevenir abusos

# STJ exige regras para atuação da PM de SP em manifestações

## Estado terá de apresentar plano de uso da força em até 60 dias

Da Redação

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que o Estado de São Paulo elabore um protocolo para orientar a atuação da Polícia Militar em manifestações públicas. A decisão foi tomada pela Primeira Turma da Corte, que deu provimento a um recurso da Defensoria Pública do Estado e estabeleceu que o governo apresente o plano em até 60 dias corridos após a conclusão de um diagnóstico inicial. O documento será submetido ao juízo responsável pela execução da decisão, que deverá aprová-lo e acompanhar sua implementação.

Entre as diretrizes definidas pelo tribunal está a proibição do uso de armas de fogo durante manifestações, salvo nas hipóteses previstas em lei. O protocolo também deverá estabelecer critérios para o emprego progressivo e proporcional da força, além de procedimentos voltados à prevenção de abusos e ao respeito aos direitos fundamentais dos manifestantes.

A ação civil pública foi proposta pela Defensoria Pública com base em relatos de ocorrências registradas em manifestações entre 2011 e 2013. Segundo a DP, houve casos de detenções consideradas indevidas, uso excessivo da força,

lançamento de bombas de efeito moral e disparos de balas de borracha sem justificativa.

Ao analisar o caso, o Tribunal de Justiça de São Paulo havia entendido que a elaboração de protocolos para a atuação policial seria uma atribuição do Poder Executivo, sem espaço para intervenção do Judiciário. A Primeira Turma do STJ, entretanto, concluiu que a atuação judicial é cabível diante da ausência de regulamentação adequada e de mecanismos suficientes para controlar eventuais excessos praticados durante operações policiais em manifestações.

Relator do processo, o ministro Paulo Sérgio Domingues afirmou que o objetivo da decisão não é impedir a atuação das forças de segurança, mas estabelecer parâmetros para orientar a ação policial com o direito constitucional de reunião e manifestação pacífica. Para ele, as normas atualmente em vigor não são suficientes para prevenir abusos nem garantir transparência e responsabilização. A decisão ainda destaca que “o problema possui caráter estrutural e demanda mudanças organizacionais, normativas e operacionais, acompanhadas pelo Poder Judiciário, com participação da sociedade”.

O Correio da Manhã aguarda o posicionamento do Estado.